

Erros nos jornais: aspecto ético e fator de comprometimento de qualidade técnica¹

Rogério Christofolletti
Raffael Oliveira do Prado²
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

Resumo

O erro é um dado real no ambiente profissional dos jornalistas, mas a sua tolerância não só contribui para o comprometimento da qualidade dos produtos e serviços resultantes, como também pode afetar mais diretamente a vida dos cidadãos. O erro pode destruir reputações, criar confusões e gerar o caos. Entretanto, nem sempre há a percepção destes perigos. As erratas nos jornais são escassas, têm pouca visibilidade e, muitas vezes, provocam mais erros, gerando total descontrol no processo. Para verificar a incidência das retificações na imprensa catarinense, foram monitorados os três principais jornais do Estado, observando o aparecimento e identificação dos erros mais recorrentes. Em paralelo, jornalistas responsáveis pela edição e veiculação das notícias, foram entrevistados para se perceber que mecanismos de controle de erros dispõem tais empresas.

Palavras-chave

Erro Jornalístico; Ética; Qualidade; Credibilidade; Jornalismo

"Às vezes, a única coisa verdadeira num jornal é a data"
Luis Fernando Veríssimo

Na volta de uma de suas muitas viagens internacionais, o imperador Pedro II chegou um tanto abatido ao porto do Rio de Janeiro, ainda em pleno século XIX. Por um descuido, dom Pedro havia machucado a perna e precisava de auxílio para andar. Os jornais da época, ainda incipientes e precários, deram o desembarque real com pompa e circunstância. Num dos diários mais influentes, o leitor pôde ler: "O imperador desceu do navio apoiado em duas *maletas*". Uma falha tipográfica deixava o relato um tanto estranho, e com isso, o leitor brasileiro foi mal informado pelo jornal. No dia seguinte, veio a errata: "O imperador desceu do navio apoiado em duas *mulatas*". O que era para ser uma retificação provocou novo erro, causando mais embaraço ao imperador, um respeitável senhor com longas e brancas barbas e que descia a rampa na Praça Mauá equilibrando-se num par de *muletas*.

¹ Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Rogério Christofolletti é professor de Legislação e Ética em Jornalismo na Univali. Mestre em Linguística e doutor em Ciências da Comunicação, orientou o acadêmico de Jornalismo Raffael Oliveira do Prado no projeto de iniciação científica intitulado "O erro como aspecto ético e como fator de comprometimento da qualidade técnica no jornalismo: incidência, percepção e correção nos jornais catarinenses" em 2004-2005 dentro do programa de bolsas da instituição (Probic-Univali). A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto Monitor de Mídia (<http://www.univali.br/monitor>)

Mais parecida com uma anedota, a história é verdadeira e revela de forma pitoresca como o erro se manifesta nos jornais. E como o processo de retificação, muitas vezes, não compensa a situação danosa que provocou. Muito pelo contrário. Veja-se o exemplo da Escola Base em São Paulo, em 1994, ou ainda o caso Lady Di, três anos depois.

O jornalismo é uma atividade social que se apóia no compromisso de informar as pessoas dos principais acontecimentos da sociedade. Mas, como se espera, as informações devem ser precisas, exatas, fiéis aos fatos. Logo, o público espera informação de qualidade, sem erros, sem distorções, sem incorreções. O coeficiente de confiabilidade destas reportagens será proporcional ao nível de segurança do público em relação à mídia que consome.

Entre os meios impressos, os jornais dispõem de seções onde identificam erros cometidos em edições anteriores e anunciam suas correções. Entretanto, esse processo nem sempre se mostra eficiente, seja porque não há uma política clara de qualidade nos jornais, seja porque a percepção de erro dos profissionais não é tão apurada. Um terceiro fator: pouco interessa a uma empresa dar tanta transparência de seus deslizes diretamente aos seus clientes, no caso, os leitores.

Além de um problema técnico, diretamente ligado à qualidade do produto que chega às bancas, a incidência, a percepção e a correção dos erros são problemas éticos, vinculados à honestidade das informações veiculadas e à clareza com que as empresas jornalísticas tratam seu trabalho e seus produtos. Neste sentido, é imprescindível mapear quais são os erros que desfilam pelas páginas dos jornais, com qual frequência são cometidos, se são identificados e que tratamento e resposta recebem. O âmbito dessa observação é a imprensa catarinense, mais especificamente os maiores jornais do estado.

Visibilidade e invisibilidade dos erros

Um levantamento publicado em 17 de setembro de 2001 pelo *website* Monitor de Mídia apontou que as retificações nos jornais catarinenses são “escassas, invisíveis e insuficientes”. Segundo a pesquisa, no Jornal de Santa Catarina, em A Notícia e no Diário Catarinense – os três maiores jornais catarinenses –, as seções destinadas à reparação de erros ocupam pouco espaço, na maioria das vezes não têm a visibilidade necessária, e em outras tantas, causam novos equívocos. De acordo com estudo, as correções haviam sido

feitas em apenas 30% das 191 edições analisadas, de janeiro a março daquele ano. Isto é, a cada dez dias, três retificações eram feitas, o que dá a entender que nos demais dias, não houve erros a retificar. Tal constatação cai por terra quando se vê que foram consideradas as seções dos próprios jornais, que deveriam apontar as falhas internas. Os jornais podem muito bem ter errado, mas não identificado tais deslizos. E se isso se verifica de fato, o problema é ainda maior: o jornalismo pecou pela incorreção e pela falta de transparência de seus procedimentos. Não só errou como também errou ao não confessar o próprio erro.

Ainda citando o levantamento, a maioria das ocorrências de erros nas reportagens era de troca de datas, nomes de lugares, nomes de pessoas e de números. Em seguida, foram registrados muitos erros nas legendas de fotos. Entre os erros mais grosseiros encontrados pelo *website*, pode-se citar:

- Em 2 de setembro, A Notícia “matou” Manoel Airton Pereira, vice-presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu, filiado ao PPB. A matéria da página A7 dava a morte do político em julho deste ano. Entretanto, quem morreu durante o exercício do mandato foi Durval Borba Neto, pemedebista, presidente da Câmara.
- No dia 22 de janeiro, matéria no alto da página 22 do Diário Catarinense trouxe a informação de que Ricardo Schuster, de 22 anos, vítima fatal de uma colisão de automóvel, portava drogas na ocasião do acidente. É o que diz o trecho: “Foram encontrados 20 gramas de maconha com os ocupantes do veículo”. Foi preciso uma semana para que a correção aparecesse em nota na página 34 de 29 de janeiro: “Ao contrário do que foi publicado na edição de segunda feira, dia 22, o motorista Ricardo Schuster, 22 anos, [...] não portava nenhum tipo de droga no veículo”. No trecho que segue, o setor de Comunicação Social da Polícia Militar reconhece que “pode ter ocorrido um ‘ruído’ na informação repassada pelo Plantão da Polícia Rodoviária Estadual à imprensa, durante o balanço do número de ocorrências registrado nas rodovias durante o final de semana”.
- O Diário Catarinense de 16 de janeiro informa ter sido atropelada uma “mulher morena, com cabelos pretos compridos e pele queimada de sol,

medindo 1,55 metro e pesando 50 quilos”. No entanto, de acordo com a correção do dia seguinte, a vítima não era uma atropelada, mas um homem: “Diferente do que foi publicado na edição de ontem do DC, Adelino Souza Machado atropelou um homem com idade entre 20 e 25 anos, próximo ao posto Bonesi, em Joinville, e não uma mulher, como foi dito”.

Exemplos como os citados mostram brevemente a importância da retificação nos jornais e da sua efetiva correção. Para que a imprensa exerça seu papel e possa contribuir para a consolidação de uma democracia, é preciso que os meios contem com um elemento fundamental nos tempos atuais: qualidade. O que significa dizer que devem conter informações exatas e corretas, sem distorções, sem omissões, podendo refletir com a máxima fidelidade os fatos do cotidiano.

O erro parece ser inexorável às manifestações humanas. No entanto, pode haver entre os grupos a preocupação e esforços conscientes no sentido de controlá-los. No Jornalismo, existem mecanismos que tentam frear essa incidência, mas nem sempre é feito um uso correto disso. Di Franco (1996) lembra da necessidade de investimentos por parte das empresas jornalísticas em recursos técnicos e humanos para aumentar a qualidade na imprensa: “O jornalismo moderno, mais do que qualquer outra atividade humana, reclama atualização, formação permanente, treinamento” (p.42). Isso demanda o que o autor chama de uma “reformulação profunda nos conceitos e na operação jornalística”. A modernização aparece sob o verniz da qualidade editorial.

Outro levantamento do *website* Monitor de Mídia torna mais aguda a situação. Publicado em 1º de março de 2002, o estudo mostra que os erros gramaticais chegam a comprometer não só o entendimento dos sentidos nas reportagens como também a própria qualidade editorial dos veículos de comunicação. A pesquisa escolheu uma edição isolada, a de 25 de fevereiro de 2002, para verificar todo o conteúdo editorial em busca de erros gramaticais. O resultado foi uma amostra de como um determinado tipo de erro se manifesta nos jornais. Na contabilidade, A Notícia trouxe naquele dia 116 erros gramaticais nas suas 28 páginas, uma média de 4,4 deslizes por página. No concorrente direto, o Diário Catarinense, a média foi menor (1,9), computando 96 erros em 52 páginas, 49 delas com conteúdo noticioso. No Jornal de Santa Catarina, foram 51 erros em 20 páginas, numa

média de 2,5. O levantamento é um fragmento da realidade dos jornais, mas serve de amostra de como os erros surgem nas páginas e de como isso pode afetar a credibilidade das empresas, bem como prestar um desserviço informativo aos leitores.

Para Di Franco (*op.cit.*, p. 130), “chegou para a imprensa a hora da qualidade”. As redações não podem ser um mundo à parte das ruas, refratário à confissão de pequenos erros e graves falhas. Este comportamento só reforça o diagnóstico de Eugênio Bucci (2000) de que o jornalismo nacional padece de “autosuficiência ética”, que revela indisposição de se discutir e de exercer autocrítica. Tal perfil é ainda traçado pelo trabalho de Carlos Dorneles (2002), onde faz uma verdadeira arqueologia do (mau) comportamento da imprensa nacional e estrangeira na cobertura dos desdobramentos geopolíticos do 11 de setembro de 2001. Na visão do autor, Deus é inocente, mas a imprensa está longe disso. O erro nem sempre é sub-reptício ou não-intencional. Omissões ocorrem pelas mãos dos editores; distorções se fazem pelos dedos do redator; leituras interesseiras são feitas pelas retinas dos repórteres. É evidente que nem sempre se tem com isso grandes pecados da imprensa, como os coloca Sebastião Nery (2000). Entretanto, mesmo um pequeno erro pode se converter numa imensa bola de neve de danos e dolos.

Algumas empresas jornalísticas mais tradicionais dispõem de políticas internas ou orientações editoriais para lidar com os erros e providenciar suas retificações. O Estado de S.Paulo, por exemplo, dita em seu Manual de Redação e Estilo (1990) os seus procedimentos:

Toda informação errada que o **Estado** publicar deverá ser retificada na edição seguinte, na mesma seção que a divulgou, sob o título **Correção**, ressalvados os casos excepcionais, que exijam maior destaque. Justificam uma correção, dessa forma, erros graves de data, nomes errados, fatos atribuídos a pessoas que não os praticaram e outros do gênero. Erros gráficos que dêem margem a interpretação dúbia quanto às reais intenções do jornal devem ser igualmente corrigidos (p.36).

O Manual de Estilo Editora Abril (1990) não faz menção à sua rotina de retificações, já que se concentra em dar orientações de como “escrever bem” para as revistas do Grupo Abril. No Manual de Redação de O Globo, também não há nenhuma orientação expressa sobre o tema.

No Novo Manual de Redação da Folha de S.Paulo (2001:72), o verbete intitulado *Erramos* apresenta o procedimento do jornal:

A Folha retifica, sem eufemismos, os erros que comete. A retificação deve ser publicada assim que a falha for contatada, mesmo que não haja pedido externo à Redação. As correções são feitas na seção 'Erramos' ou em caso de gravidade excepcional, na Primeira Página (aí também acompanhada do título 'Erramos'). A publicação de 'Erramos' depende de consulta prévia à Direção de Redação. Ao redigi-lo, procure acrescentar novas informações e não apenas corrigir as que foram publicadas com erro. Identifique claramente data, editoria, página e texto, citando seu título. Certifique-se de que, ao redigir 'Erramos', nenhum novo erro tenha sido introduzido.

Em meio à imprensa catarinense, o único grupo que editou e tornou públicas suas normas internas é o RBS³. No seu Guia de Ética e Responsabilidade Social, há indicação do procedimento-padrão em caso de erros publicados. Tais orientações valem para dois dos três jornais analisados aqui: o Diário Catarinense e o Jornal de Santa Catarina.

“Correções

A RBS não oculta os erros cometidos e se dispõe a corrigi-los sistematicamente, tão logo tome conhecimento do equívoco.

O texto da correção deve começar pela informação correta e explicar ao público, sem subterfúgios, qual foi o equívoco cometido.

Se o erro foi cometido pela fonte da notícia, deve constar da correção o nome da pessoa ou entidade que originou o equívoco.

Se alguma notícia ou reportagem, por erro de avaliação ou omissão do autor, deixar de mencionar dado relevante para a notícia ou reportagem, deve ser divulgado um ‘Esclarecimento’”. (2004: 19-20)

Para além das preocupações técnicas, há ainda a atenção com a conduta ética dos jornalistas. Quanto a isso, o próprio Código de Ética do Jornalista Brasileiro aponta em seu artigo 2º que a “divulgação de informação, precisa e correta, é dever dos meios de comunicação”. No artigo 7º, afirma que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação”.

Do equívoco na captação ao erro na veiculação, a galeria de deslizes jornalísticos pode se estender muito longamente. Das falhas involuntárias na digitação do horário das sessões de cinema que saem nos roteiros culturais, às distorções e invenções deliberadas, há uma distância imensa. Veja-se o caso do “jornalista” Jason Blair que, em 2002, demitiu-se

³ Isso já havia sido feito em 1994, com o Manual de Ética, Redação e Estilo Zero Hora. O documento do ano passado é uma versão atualizada e mais condensada.

do The New York Times, após descobrir-se que plagiava textos de colegas, mentia sobre o destino de suas reportagens, e inventava trechos das entrevistas que publicava. O episódio causa escândalo ainda na mídia internacional não apenas pela desfaçatez do “repórter” mas ainda pela sucessão de falhas internas no controle da redação do NYT, um jornal de quase 200 anos de circulação e tido como o mais influente do mundo.

No entanto, algo interliga umbilicalmente estas duas realidades: o fato de constituírem erros jornalísticos, informações incorretas ou inexatas. Para manter-se íntegro na sua vocação e preservar sua condição social, o jornalismo precisa atacar irremediavelmente este problema, adverte Christofolletti (2003). Afinal, como enumeram Kovach & Rosenstiel (2003), neste ponto de confiança residem alguns dos elementos que os jornalistas deveriam saber e o público, exigir.

Aspectos metodológicos

A pesquisa que originou esse artigo se apoiou em duas etapas. A primeira se constituiu do monitoramento dos três principais jornais catarinenses – A Notícia, Jornal de Santa Catarina e Diário Catarinense – durante seis meses, de maio a outubro de 2004. Estes meios foram escolhidos porque, juntos, cobrem toda a extensão territorial do estado e já se consolidaram como os mais influentes na mídia impressa local. A leitura dos periódicos foi direcionada a identificar as seções de retificação e correção de informação. Elas foram destacadas para compor um banco de dados sobre os erros diagnosticados nos jornais. A pesquisa levou em conta o relato dos próprios jornais sobre a incidência de falhas em suas páginas e foi com base nisso que se catalogou tais informações.

Após a consolidação do banco de dados, foram classificadas as quantidades de erros identificados por período, pela sua natureza e frequência, por sua localização nos jornais e a conforme a correção efetuada.

A segunda etapa da pesquisa constituiu de uma série de entrevistas efetuadas com os editores dos jornais e os responsáveis pela revisão das páginas. Na abordagem a estes profissionais, privilegiou-se saber como eles conceituavam “erro”, que importância davam para a sua identificação e pronta correção, e se existia uma política editorial voltada a esta prática, bem como se existia uma consciência ética sobre aquela temática. As entrevistas foram feitas nas redações dos jornais aos editores-chefes e respectivos responsáveis pelos

serviços de revisão. Foram feitas visitas às redações do Diário Catarinense, em Florianópolis, e do Jornal de Santa Catarina, em Blumenau. E por meio eletrônico, entrevistou-se um dos responsáveis pela edição e revisão de A Notícia, de Joinville. Por fim, restou cruzar as informações entre o banco de dados de erros e as respostas dos profissionais para verificar se havia um descompasso entre o discurso retificador e sua prática cotidiana.

Em A Notícia, foi entrevistado o jornalista Ari Lazzari que exerce a função de editor executivo no jornal. Aos 57 anos e há 24 na empresa, ocupa a função há sete anos. No Diário Catarinense, Tarcísio Pogliá e Cláudio Thomas foram os entrevistados. O primeiro tem 41 anos e é editor executivo há pouco mais de um ano. Como jornalista, trabalhou em Lages, Criciúma e Florianópolis, e há 16 anos está no Diário Catarinense. Cláudio Thomas tem 46 anos e é editor chefe. Desde 1979, trabalha com jornalismo e em 1998 passou a fazer parte do grupo de jornalistas do Diário Catarinense. Edgar Gonçalves Jr. e Eduardo Correia completam a lista de entrevistados para a pesquisa. Ambos são editores do Jornal de Santa Catarina que tem sua redação em Blumenau. O primeiro é editor chefe e há 10 anos trabalha no jornal, sendo a metade deste tempo na função diretiva. Eduardo Correia é editor executivo desde 1999 e é jornalista há pouco mais de dez anos.

Em busca dos vestígios

É evidente que a contagem e classificação de erratas não oferece um retrato da incidência dos erros nos jornais. A errata é a confissão do erro, o anúncio institucional de uma falha, a manifestação da empresa jornalística de que houve um equívoco. Entretanto, mesmo que indiretamente, o levantamento das retificações dá uma medida da ocorrência das falhas e outra da disposição da empresa em reconhecê-la enquanto tal e repará-la. É neste sentido que contabilizar e analisar erratas não esgota o assunto nos jornais, mas oferece um mapa da qualidade desses produtos.

Nos seis meses de monitoramento dos jornais, foram analisadas 484 edições, das quais 136 foram às ruas com erratas, um percentual de 28,09 % do total. Neste universo, foram contabilizadas 168 correções nos três jornais. Segue o detalhamento dos dados.

A Notícia

- 170 edições analisadas
- 26 apresentaram erratas
- 33 erratas enumeradas
- percentual de incidência de retificações no período: 15,29%

Diário Catarinense

- 170 edições analisadas
- 70 apresentaram erratas
- 86 erratas enumeradas
- percentual de incidência de retificações no período: 41,17%

Jornal de Santa Catarina

- 144 edições analisadas⁴
- 40 apresentaram erratas
- 49 erratas enumeradas
- percentual de incidência de retificações no período: 27,7%

As erratas observadas apontaram para distintas modalidades de erros nos jornais. Na avaliação do material, percebeu-se a incidência de sete categorias diferentes. A saber: Erro por incorreção, Erro por imprecisão, Erro de créditos, Erro em identificações, Erro de edição, Erro gramatical e Erro ocasionado por terceiros.

Erro por incorreção é o erro de informação propriamente dito, é o momento em que o jornal troca informações gerando dúvidas ao leitor. Um exemplo deste erro ocorreu no dia 15 de maio de 2004, edição de sábado do jornal A Notícia, que trouxe a seguinte errata: “Na página B8 da edição de ontem, a foto mostrava uma embarcação industrial e não uma artesanal como foi informado na legenda – Pg A8 – Correção”.

Em ocorrências como troca de números em resultados de partidas de futebol ou de loterias, os erros foram classificados como Erros por imprecisão. Em 9 de junho de 2004,

⁴ O Jornal de Santa Catarina circula em edições conjuntas de sábado e domingo, o que explica o menor número de edições avaliadas na pesquisa.

edição de quarta-feira do Jornal de Santa Catarina, a errata trazia a correção que ilustra a modalidade. “O BEC empatou em 2 a 2 com o Figueirense B, e não em 3 a 3, como foi publicado na página 6B na edição de ontem – Pg 8B – Correções”.

Quando o erro encontrado configurou troca de nomes nos créditos das fotos publicadas, foi classificado como Erro de créditos. Uma única vez aconteceu algo do tipo durante o período analisado. Foi na edição do dia 9 de julho, sexta-feira, no Diário Catarinense, em que o jornal da capital trocou o nome do fotógrafo. “A foto publicada na capa de quarta-feira, rodagem para o Sul do Estado (sobre doenças respiratórias), é de autoria de Ulisses Job, e não de Susi Padilha – Pg 38 – DC Errou”.

Quando observada correção de uma troca de nome, seja ele de pessoas, lugares públicos, estabelecimentos comerciais, ou até mesmo troca de sigla de partidos, o erro foi considerado Erro em identificações. Um exemplo desse tipo se deu em 2 de setembro, edição de quinta-feira do Diário Catarinense. “O nome do maestro da orquestra Sinfônica de SC é José Nilo Valle, e não Nilo do Vale Pereira, como divulgado na página 3 do Caderno de Variedades de ontem – Pg 46 – DC Errou”.

Por falha operacional ou humana, fotos foram publicadas com cor diferente, ou anunciantes tiveram seus textos modificados. Para estes, o erro foi classificado como de edição. “Por problemas técnicos, a imagem de divulgação, de Peninha Machado, foi impressa em preto-e-branco – Pg C3 Anexo – Correções”, errata publicada em A Notícia.

Desrespeitos às regras da norma culta da língua foram considerados Erros gramaticais. O Diário Catarinense trouxe em 6 de julho uma errata com a correção da grafia de uma palavra em inglês “Na edição de sábado passado, o DC errou a grafia, em inglês, ao se referir à cafeteria onde funciona, também, uma loja de conveniência em Joinville. O termo correto é coffee shop – Pg 46 – DC Errou”.

E, por fim, todo erro ocasionado por informações equivocadas, repassadas pela Polícia Militar, ou hospitais, através de boletins oficiais, foram categorizados como Erros ocasionados por terceiros. Um exemplo do Jornal de Santa Catarina: “Nilton Camargo, 29 anos, não foi morto, como publicamos na página 2B da edição de ontem. Segundo o Hospital Marieta Konder Bornhausen, o jovem entrou no Hospital em estado grave, mas ontem seu quadro era estável, embora sem previsão de liberação pelos médicos. As

informações equivocadas foram repassadas no final da tarde de sábado por meio de um boletim oficial da Polícia Militar de Itajaí – Pg 2B – Correção”.

Na distribuição por tipo de erro, foram observadas 60 erratas indicativas a Erro em identificações (35,7%), 49 de Erro por incorreção (29,1%), 37 de Erro por imprecisão (22%), 13 retificações com menções a Erro de edição (7,7%), 6 relativas a Erro gramatical (3,5%), 2 a Erros ocasionados por terceiros (1,1%) e apenas uma de Erro de crédito (0,05%).

Ao considerar as 484 edições analisadas, menos de um terço delas (28,09% ou 136) vieram com erratas, fato que leva a duas hipóteses: a) os jornais erram pouco; b) os jornais reconhecem raramente seus erros. Para verificar qual das possibilidades é a determinante, foram ouvidos os jornalistas responsáveis pela edição e revisão das matérias nos jornais.

Mecanismos de controle de qualidade

As entrevistas com os jornalistas permitiram observar se as empresas em questão possuem instrumentos de controle dos erros jornalísticos em seus produtos, ou ainda se há uma política de redução dessas falhas.

Em A Notícia, parece haver clareza da imperfeição do produto oferecido diariamente ao leitor. O editor-executivo Ari Lazzari externa “que há muito por melhorar na imprensa catarinense”, mas acha que “tudo é uma questão de investimento da empresa. Com mais recursos - escassos nestes tempos bicudos -, pode-se contratar profissionais mais bem preparados e promover aperfeiçoamento do quadro”. Lazzari considera que seu jornal se preocupa em mostrar para o leitor que errou “por uma questão de credibilidade”.

O editor-chefe do Diário Catarinense, Cláudio Thomas, concorda que seu jornal erra bastante, e “apesar da vigilância diária, sempre surgem erros nas edições”. Ele destaca também que “todo erro que prejudica a notícia, seja de português ou de informação, deve ser corrigido”, deixando transparecer que a empresa se preocupa em mostrar que errou. No jornal, não há um setor específico de controle dos erros. “A responsabilidade total deveria ser da pessoa que escreveu a matéria. Mas os editores e os subeditores fazem uma revisão permanente para reduzir os índices de erros”, completa o editor-chefe.

No Diário Catarinense, o pior erro “é o de informação, porque afeta a credibilidade do jornal”. Tal modalidade de falha se dá, segundo o editor-chefe, devido à “falta de

atenção por parte dos repórteres”. Para uma redução do número de erros no jornal, o editor-chefe considera que “controles diários eficientes dentro da redação e uma política de punição mais adequada, dependendo do erro” são suficientes.

Edgar Gonçalves Jr., editor-chefe do Jornal de Santa Catarina, acredita que todo tipo de erro é nocivo para a relação jornal-leitor. “O leitor percebe todos eles, sem exceção, e todos minam a credibilidade. Pode ter uma matéria perfeita, maravilhosa, do início ao fim, e chega na última linha e tem um errinho de digitação, o leitor vai perceber”. No Jornal de Santa Catarina, segundo Gonçalves, “tudo que for detectado tem que ser corrigido na edição seguinte. E aí vai da honestidade intelectual do jornalista. Se o erro foi percebido, tem que informar o editor, tem que fazer a correção por uma questão de honestidade, lisura, credibilidade”. Para uma redução dos erros, o editor-chefe chama a responsabilidade para si: “Acho que o editor-chefe, de maneira geral, tem que conhecer onde estão os focos de erros do seu jornal e corrigir. É inadmissível que uma editoria ou um repórter ou um editor ou um setor isolado erra mais que os outros”.

De maneira geral, percebeu-se nas entrevistas que os jornais não possuem uma política de controle de erros. A preocupação com as falhas ficou evidente em todos os consultados, mas as empresas ainda não dispõem de mecanismos efetivos e eficientes para coibir os deslizamentos. Dos três jornais analisados, apenas um - o Jornal de Santa Catarina - conta com a figura do revisor, responsável pela identificação do erro e por sua pronta correção antes mesmo que o jornal ganhe as ruas. Nos demais casos, os editores de área ou mesmo os editores-executivos assumem essas responsabilidades, sobrecarregando suas rotinas produtivas e permitindo o vazamento de erros.

Os jornalistas também reconheceram a necessidade de se aperfeiçoar técnicas e procedimentos que possam minar o aparecimento de erros nos jornais. Entretanto, essas manifestações não se traduzem na implementação concreta de práticas que funcionem como filtros de qualidade. Por outro lado, consideram que a visibilidade e a transparência na identificação dos erros sejam problemas nos jornais catarinenses. A leitura diária e uma curta reflexão sobre os números que esta pesquisa traz revelam o contrário. Os erros jornalísticos não estão restritos aos mencionados nas erratas, e acreditar nisso não é apenas falseamento para o leitor, mas um perigoso auto-engano que, silenciosamente, corrói a credibilidade de jornais e jornalistas.

Referências Bibliográficas

- BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa** SP: Cia. das Letras, 2000
- CHRISTOFOLETTI, R. **Monitores de Mídia: como o jornalismo catarinense percebe seus deslizes éticos**. Itajaí-Florianópolis: Ed. UFSC e Univali, 2003
- CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA BRASILEIRO. Brasília, 1985
- DI FRANCO, C. A. **Jornalismo, ética e qualidade**. Petrópolis: Vozes, 1996
- DORNELES, C. **Deus é inocente: a imprensa, não**. RJ: Editora Globo, 2002
- EDITORA ABRIL. **Manual de Estilo Editora Abril**. SP: 1991, 12ª ed.
- FOLHA DE S.PAULO. **Novo Manual da Redação**. SP: Ática, 1998
- GRUPO RBS **Manual de Ética, Redação e Estilo Zero Hora**. Porto Alegre: L& PM Ed., 1994
- GRUPO RBS **Guia de Ética e Responsabilidade Social da RBS**. 2004. disponível em <http://www.rbs.com.br/rbscom/pdf/etica_rbs.pdf> acessado em 28 de fevereiro de 2004
- KOVACH, B. & ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**. SP: Geração Editorial, 2003
- MONITOR DE MÍDIA. **Erros gramaticais comprometem a qualidade dos jornais**. Itajaí: 1º de março de 2002. Disponível em <<http://www.cehcom.univali.br/monitordemidia/paginas/materias.php?id=146>> Acessado em 10 de janeiro de 2005
- MONITOR DE MÍDIA. **Retificações são escassas, invisíveis e insuficientes**. Itajaí: 17 de setembro de 2001. Disponível em <<http://www.cehcom.univali.br/monitordemidia/paginas/materias.php?id=139>> Acessado em 14 de janeiro de 2005
- NERY, S. **Grandes pecados da imprensa**. SP: Geração Editorial, 2000
- O ESTADO DE S.PAULO. **Manual de Redação e Estilo**. SP: 1990